

O Sistema de Integração Agrícola no Município de Águas de Chapecó - SC: Desenvolvimento Rural ou mais uma Alternativa para o Crescimento Econômico?

Cristiane Tonezer

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do mestrado em Políticas Social e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Clarete Trzcinski

Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (UNOCHAPECÓ). Docente do mestrado em Políticas Social e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Carlos Eduardo Arns

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Docente do curso de Agronomia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Ricardo Tomasi

Aluno do Curso de Agronomia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Resumo: A modernização agrícola, ocorrido a partir das décadas de 60 e 70 no Brasil, embora tenham logrado êxito no campo produtivo e econômico, gerou uma série de problemas, dentre eles o aumento da desigualdade social e degradação ambiental. Este artigo tem como objetivo analisar as realidades rurais do município de Águas de Chapecó e os impactos do sistema de integração agrícola nestes espaços. Trata-se de um estudo do tipo qualitativo. Os instrumentos utilizados na geração de dados foram baseados em fontes bibliográfica, dados sociodemográficos do IBGE (2000, 2010) e em um relatório elaborado no ano de 2015 pelo Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (PAPEL) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Dentre os resultados observou-se que, apesar de ser uma alternativa para os agricultores, o processo de integração agroindustrial ocorrido no município de Águas de Chapecó gerou uma série de consequências negativas, dentre elas destacando-se a desvalorização do preço dos produtos agrícolas devido ao aumento da oferta, dependência financeira dos agricultores em relação às empresas integradoras e às agências de crédito, aumento do êxodo rural e da degradação ambiental e perda da diversidade e identidade produtiva.

Palavras-chave: Rural, Desenvolvimento, Modernização Agrícola

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as realidades rurais do município de Águas de Chapecó – Santa Catarina e os impactos do sistema de integração agrícola nestas áreas.

A modernização da agricultura ocorreu no Brasil a partir da década de 1960, teve como característica as modificações da base técnica e tecnológica alterando o processo de produção

e comercialização. Com a implantação do setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura, foi marcada uma nova fase da economia brasileira, substituindo o chamado modelo de substituição de importação pela modernização do setor agrário e nascimento dos complexos agroindustriais. (TEIXEIRA, 2005).

Segundo Freitas et al. (2014), a partir deste período surgem novas formas de cultivo e criação com destaque para a especialização e mecanização das atividades. Porém, se por um lado a modernização agrícola contribuiu para um aumento da produção e produtividade, por outro, a renda e a qualidade de vida de inúmeros indivíduos não aumentaram na mesma proporção. Ao contrário, observou-se que o meio rural foi acometido por um forte êxodo, isso porque, muitos produtores não ‘conseguiram se modernizar’ gerando crescente exclusão.

Freitas et al. (2014) apontam que não só o campo sofreu com os resultados desse processo de modernização agrícola, mas a sociedade em geral passou a questionar as consequências da agricultura para o meio ambiente, a preservação dos recursos naturais e a qualidade dos alimentos consumidos.

Assim como no restante do país, o oeste catarinense seguiu o modelo de modernização agrícola a partir das décadas de 60 e 70 (KONRAD; SILVA, 2012). Segundo Paim (2006, p. 11) “nessa região as mudanças ocorreram especialmente na pecuária sendo implantado um novo sistema de produção, a integração na pecuária”. Ainda segundo o autor, “essa forma de produzir está baseada num sistema de ‘parceria’, na qual o produtor deve participar com a propriedade, as instalações e a mão-de-obra, enquanto que, a agroindústria controla de maneira bastante rígida toda a produção”.

A partir deste contexto busca-se analisar as realidades rurais do município de Águas de Chapecó, que, inserido na região oeste de Santa Catarina, sofreu grandes transformações em sua forma de produzir e se reproduzir a partir do processo de modernização agrícola.

O artigo estrutura-se a partir desta introdução, em um segundo momento discute-se sobre a noção de desenvolvimento e contextualiza-se o processo de modernização agrícola no Brasil e no oeste catarinense, região em que se insere o município de Águas de Chapecó. Logo após será trazidos dados do documento elaborado no ano de 2013 por acadêmicos da disciplina ‘Estudo da Realidade Rural’ do curso de Agronomia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ, 2013). O último tópico traz as considerações finais.

Desenvolvimento X Crescimento Econômico

A noção de desenvolvimento torna-se mundialmente conhecida, quando é publicado em 1990, o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que traz à tona o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde, além do Produto Interno Bruto (PIB), se acrescenta medida baseada em três dimensões: alfabetização; expectativa de vida e renda. (PNUD, 2010).

A partir desta definição passou-se afirmar que o sucesso de um país ou região e o bem-estar de um indivíduo não pode ser avaliado somente pelo dinheiro, pois, como bem observado no Relatório “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”. (PNUD, 2010, p. 4). O mesmo relatório trouxe à tona que, apesar do rendimento ser crucial, é necessário também levar em conta se as pessoas conseguem ter vida longa e saudável, se têm oportunidades para receber educação, se são livres de utilizarem os seus conhecimentos e moldarem os seus próprios destinos.

Hoje a noção de desenvolvimento busca contemplar todas as dimensões econômica, social, cultural e ambiental da vida social. Isso porque, a evolução dos modos de vida compreendem numerosas dimensões que não só econômicas (SILVA, SOUZA & LEAL, 2012).

Trazendo o contexto rural brasileiro para o debate, Schneider (2010), afirma que as políticas que estão sendo pensadas para estas áreas estão muito mais relacionadas aos conceitos e atributos por onde se pensa que “deveria” passar o desenvolvimento, mas, na prática, não há mudanças significativas. Isso porque o rural continua focado na dimensão produtiva (econômica), deixando de levar em conta as questões sociais, políticas, culturais e ambientais, consideradas indispensáveis para o desenvolvimento rural.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MDS, 2008), as políticas agrícolas e agrárias executadas durante as últimas décadas no Brasil, embora tenham em alguns casos logrado êxito no campo do crescimento produtivo e econômico, se mostram insuficientes em proporcionar o desenvolvimento rural como um todo, para o país e suas populações.

Hoje o rural brasileiro inscreve-se em uma lógica na qual políticas públicas atestam, institucionalmente, a dualidade desse mundo, esta evidenciada por dois cenários distintos: um voltado ao agronegócio e outro a agricultura familiar, também consequência das políticas adotadas a partir da década de 60. Esta dualidade, por sua vez, é responsável pela existência de dois Ministérios: o Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsáveis pelas políticas direcionadas ao agronegócio e à agricultura familiar, respectivamente. (KAGEYAMA, 2008).

Segundo Kageyama (2008), o surgimento do MDA possibilitou um aumento no debate sobre desenvolvimento rural, sendo que a missão do ministério é criar oportunidade para que

as populações rurais alcancem plena cidadania, assim também atesta que o rural não se resume ao agrícola. Mais do que falar de um setor econômico, o que define o rural, segundo o documento-guia do MDA, são as suas características espaciais, ou seja, apresenta o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com espaços urbanos, a menor densidade populacional e o maior peso dos fatores naturais, entre outros. (BRASIL, 2002).

Por sua vez, uma das conquistas do MDA foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996. O programa inaugura um novo marco histórico na intervenção do Estado na agricultura brasileira, isso porque, desde os anos 1960, com a modernização da agricultura, a intervenção do Estado sempre privilegiou as grandes propriedades rurais.

O PRONAF, em sua formulação original, coloca-se como uma política de desenvolvimento rural para os agricultores familiares, porém, alguns autores como Schneider (2010) e Kageyama (2008) observam que sua orientação geral, hoje, é a de ser uma política de desenvolvimento agrícola, setorial e com um intenso viés modernizante.

O que implica que a melhoria das condições de reprodução social dos agricultores, em parte, é entendida como sinônimo de aumento da produção agrícola, o que nem sempre é verdadeiro, como o próprio processo de desenvolvimento desigual da modernização agrícola já demonstrou.

Esperava-se que o padrão agrícola e produtivista dominante fosse reorientada, contudo, este continua a apoiar o processo de estreitamento das condições objetivas de reprodução social da agricultura familiar isso porque, as políticas públicas para o meio rural ainda estão muito voltadas para a produção, o PRONAF, por exemplo, por mais que beneficie a agricultura familiar, volta-se para a produção. (GOUVEIA, 2010).

Frente a estas informações, pode-se argumentar que as políticas públicas nos espaços rurais no Brasil, refletem esse viés produtivo, pois, além de precárias, também desconsideram a ideia de desenvolvimento em seu sentido amplo. Isso porque a renda concedida aos agricultores, apesar de importante, não é suficiente para proporcionar um maior bem-estar a essa população. Ir além da dimensão produtiva requer agregar diversos setores específicos, entre eles: saúde, educação, seguridade social, transporte, lazer; habitação e igualdade no acesso a bens e serviços, que devem ser providas como direito de todos os cidadãos.

No debate sobre desenvolvimento rural, observa-se a falta de consenso e as diversas teorias que favorece a complexidade em se pensar e propor projetos que contribuam para seu alcance. Para Picolotto (2014), a definição de desenvolvimento rural aponta primeiramente para a necessidade de entendê-lo como um processo contínuo, dotado de vários níveis permeados

por uma tradição histórica. Nesta perspectiva de desenvolvimento rural, os agricultores não são sujeitos passivos, alvos de políticas e ações, mas sim profissionais autônomos com condições de atuarem como gestores na propriedade rural, bem como no processo de desenvolvimento rural.

Picolotto (2014) aponta ainda que, o desenvolvimento rural deve privilegiar as estratégias de sobrevivência familiares, bem como a diversidade e diversificação dos modos de vida rurais. De acordo com este autor, as ações e iniciativas neste campo devem prezar pela melhoria das condições de vida dos agricultores, aumentando suas expectativas quanto à garantia de reprodução social e econômica dos mesmos.

As áreas rurais do oeste catarinense, região em que se insere o município de Águas de Chapecó, também seguiu a lógica da modernização agrícola com destaque para o surgimento, nas décadas de 60 e 70, dos complexos agroindustriais. Nesta lógica, as indústrias apropriaram-se do processo de beneficiamento da matéria prima, antes de responsabilidade dos agricultores e passam a demandar grandes quantidades da mesma, surgindo a necessidade dos agricultores de modernizar os meios de produção com o objetivo de produzir mais em menos tempo. Para tanto o PRONAF teve papel fundamental, pois através de uma maior disponibilidade de crédito agrícola, os agricultores passaram a investir massivamente em infraestrutura.

Através deste sistema, as relações comerciais entre colonos e agroindústrias tornaram-se mais frequentes e introduziram fortes mudanças nas unidades familiares. Segundo Abramovay (2007, p. 142) “o modo de vida colonial sofreu metamorfoses para se adaptar ao novo ambiente social e econômico, o que causou perdas de características constitutivas elementares, inclusive nas bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social”.

Konrad e Silva (2012) intensificam este debate ao observarem que nos anos de 1960 o sistema de integração passou por contínuos aperfeiçoamentos, mais articulado e rígido, onde o primeiro vendia suas mercadorias e, comprava do segundo os insumos para a produção. Dessa forma, o agricultor se tornou tanto produtor como consumidor sistemático de mercadorias, visto que, passou a depender de fatores e produtos de ‘fora da porteira’. A adoção do sistema de integração alterou o modo de vida colonial, pois os contratos de integração inseriam novas formas de relações de produção, de sociabilidade modificando-o substancialmente.

É a partir desta contextualização que se analisa a seguir as realidades rurais do município de Águas de Chapecó e os impactos da modernização agrícola nestes espaços

Metodologia

Trata-se de um estudo do tipo qualitativo. Os instrumentos utilizados na geração de dados foram baseados em pesquisa bibliográfica sobre o tema, dados sociodemográficos secundários do IBGE (2000, 2010) e um relatório elaborado no ano de 2015 pelo Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (PAPEL) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ, 2015).

A base do documento elaborado pelo PAPEL deu-se a partir da disciplina de “Estudo da Realidade Rural” do curso de Agronomia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ, 2015). A disciplina tem como objetivo principal capacitar acadêmicos na realização de diagnósticos das realidades rurais em municípios do oeste de Santa Catarina através da coleta e análise de dados primários e secundários. A coleta dos dados primários nas áreas rurais de Águas de Chapecó deu-se a partir da aplicação de 291 questionários, representando uma porcentagem de 33,7 % do total das propriedades do município. Dentre as informações coletadas destacaram-se: faixa etária, escolaridade, forma de utilização da terra, acesso aos serviços básicos, dentre outras referentes ao cenário rural. Para além destes dados, os secundários foram coletados a partir de informações online, com destaque para o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazendo informações gerais sobre o município.

Impactos do Sistema de Integração Agrícola nos Espaços Rurais de Águas de Chapecó

O município de Águas de Chapecó está localizado no oeste do Estado de Santa Catarina, emancipado em dezembro de 1962 pela Câmara de vereadores de Chapecó (WOLLF & SCHUH, 2000).

Segundo o último censo demográfico (IBGE, 2010) a população de Águas de Chapecó para este mesmo ano era de 6.110 habitantes, sendo 2.874 das áreas rurais e 3.236 das áreas urbanas. Por sua vez, 51,13% da população são do sexo masculino e 48,87% do feminino.

Tabela 1: População residente em Águas de Chapecó em 1970 a 2010

Ano	Total	Rural	Urbano
1970	6.803	6.394	409
1980	6.603	5.815	788
1990	6.443	4.559	1.884
2000	5.782	3.580	2.202
2010	6.110	2.874	3.236

Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010. Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Conforme a tabela 1, a população total teve variações ao longo dos anos, assim como diminuiu se observarmos o primeiro e o último ano analisado. Houve uma diminuição significativa da população rural, sendo que em 1970, o total era de 6.803 e em 2010 baixou para 2.874. Conclui-se que enquanto a população total permaneceu quase que estagnada, as populações rurais e urbanas variaram significativamente, havendo um aumento da população urbana e uma diminuição significativa da população rural, o que relata a intensidade do êxodo rural.

Em 2009, segundo IBGE (2010) o Produto Interno Bruto (PIB) de Águas de Chapecó era de R\$ 127.500.000,00, diminuindo para R\$ 126.858.433,00 em 2012 (PREFEITURA MUNICIPAL, 2015).

Diferente do PIB, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou 68,68% em 10 anos neste mesmo município, passando de 0,259 em 1970, para 0,702 em 2000 (IBGE, 2000). A expectativa de vida também aumentou de 68,1 anos para 72,8 nos anos de 1990 a 2000 (PNUD, 2010). A partir destas informações é possível concluir que a diminuição do PIB não necessariamente reflete de forma negativa no IDH.

Dando continuidade a caracterização de Águas de Chapecó, destaca-se que, assim como a região oeste de Santa Catarina, o rural do município em análise também se caracteriza quase que em sua totalidade pelas pequenas propriedades.

Das 291 propriedades pesquisadas, 95,88% são os proprietários, enquanto que 4,12 % são agregados ou empregados agrícolas, residindo nas unidades de produção de seus patrões. Dos que possuem terra própria 91,08 % das propriedades são menores que 40 hectares e não possuem mão-de-obra contratada, o que confirma o predomínio da agricultura familiar no município. Em Águas de Chapecó, assim como no restante da região oeste catarinense, no início do século XX, o governo de Santa Catarina distribuiu glebas de terras aos que dominavam política e economicamente esta região. (KONRAD E SILVA, 2012). Os beneficiados com as concessões montaram empresas colonizadoras para comercializar as terras. A fórmula adotada pelas empresas colonizadoras foi inspirada no modelo do Rio Grande do Sul que tinha como base a pequena propriedade, de aproximadamente 25 a 30 hectares.

Os novos colonos implantaram um sistema de exploração de terras com base na prática da policultura, associação de cultivos agrícola com pecuária. A criação dos suínos era a principal atividade e estava associado à tradição alimentar. Além disso, o sistema de criação utilizado exigia pouco trabalho e não requeria muita área para seu desenvolvimento. Além da produção de suínos havia a produção de leite, entretanto, devido à dificuldade de conservar o

produto in natura, o excedente era transformado na própria unidade em produtos como o queijo, a manteiga e o requeijão.

Segundo Paim (2006), a partir de 1930 a 1940, com a expansão do capital comercial, foram constituídos as primeiras agroindústrias no Oeste Catarinense, entre eles a Perdigão, o Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli e a Sadia (atual Brasil Foods). Neste processo surge o sistema de integração entre produtores e agroindústrias, possibilitando a introdução de melhorias na produção, reduzindo assim o tempo necessário para engordar os animais. (PAIM, 2006).

Este breve histórico contribui para a compreensão da realidade atual de Águas de Chapecó, isso porque, segundo último censo agropecuário (IBGE, 2010) as principais atividades com valor comercial do município são: a produção leiteira, a fumicultura, o cultivo de grãos e a criação de aves, todas ligadas, de alguma forma, ao sistema de integração agroindustrial. Além das atividades de produção para comercialização, destacam-se os cultivos de frutíferas, hortaliças, animais e outros cultivos bem diversificados para subsistência das famílias.

Segundo relatório do PAPEL (UNOCHAPECÓ, 2015), 86,04% dos participantes da pesquisa faz parte de algum sistema de integração agroindustrial. Esta forma de parceria entre agricultores e grandes empresas, tem possibilitado renda aos agricultores familiares ao longo dos últimos anos, contudo, é possível identificar uns conjuntos de impactos negativos que perpassam a abordagem econômica, ambiental e sociocultural. Dentre eles destaca-se a dependência dos produtores em relação às empresas integradoras e as agências de crédito, a desvalorização dos produtos (matéria-prima fornecida à indústria) devido ao aumento da produção, o aumento do êxodo rural e da degradação ambiental, este último decorrente da atividade agropecuárias, que não prevê um tratamento adequado para os dejetos e da produção de fumo que demanda grande quantidade de insumos químicos e para além disso uma desvalorização da cultura e identidade construídas ao longo do tempo nestes municípios.

No relatório elaborado no ano de 2015 pelo PAPEL é possível observar que das 291 propriedades analisadas em Águas de Chapecó, 55,33% se dedicam a produção leiteira; 50,52% da fumicultura; 44,33% à produção de grãos (milho e soja) e, 23,02% dedicam-se a avicultura, todas fazendo parte de algum sistema de integração (UNOCHAPECÓ, 2015). Estas, por sua vez, possuem características distintas em relação aos impactos causados pelo sistema de integração, por este motivo, optou-se por separar esta discussão das demais.

A produção leiteira integrada, conforme relatório do PAPEL tem grande importância econômica para os produtores rurais do município de Águas de Chapecó, isso porque a forma

de retorno da venda do leite é mensal, possibilitando que os produtores consigam cumprir com seus compromissos financeiros, inclusive com o pagamento de financiamentos feitos para implantação e manutenção desta atividade (UNOCHAPECÓ, 2015).

Segundo a Embrapa (2011), o Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo. Cresce a uma taxa anual de 4%, superior à de todos os países que ocupam os primeiros lugares, respondendo por 66% do volume total de leite produzido nos países que compõem o Mercosul. O leite está entre os seis primeiros produtos mais importantes da agropecuária brasileira, ficando à frente de produtos tradicionais, como café beneficiado e arroz. A produção estadual em Santa Catarina é significativa, mais de 83% da quantidade produzida e 82% da quantidade vendida estão em propriedades com menos de 50 hectares. Dos produtores Catarinenses cerca de 30% se localizam na região Oeste do estado, abrangendo também a região de Águas de Chapecó.

Voltando ao documento produzido pelo PAPEL, ao serem inquiridos sobre a principal dificuldade que os produtores de leite enfrentam em relação a este sistema de criação, 17,32% citam a falta de mão-de-obra; 15,64% apontam o baixo valor do leite pago pelas empresas; 8,38% citam a pouca oferta de alimento/pastagem, e, também esta mesma porcentagem cita o problema de sanidade (doença). Outra dificuldade apontada foi a questão dos produtores de não possuírem folga (7,26%). (UNOCHAPECÓ, 2015).

A falta de mão-de-obra na agricultura familiar é um problema não só da produção leiteira, mas do oeste catarinense como um todo (MELLO, 2006). Este processo decorre principalmente do êxodo juvenil que vem caracterizando estes espaços desde as décadas de 70. No caso dos produtores de leite, o êxodo justifica-se por uma série de fatores, dentre eles alguns já citados acima pelos produtores entrevistados, quais sejam: baixo preço atribuído ao produto e uma demanda contínua por mão-de-obra que não possibilita os produtores horários de descansos. O jovem que migra para a cidade geralmente tem um horário fixo semanal. Tendo também mais opção de lazer, além disso, este jovem conta com um salário fixo mensal, diferente dos jovens rurais que devem dividir a renda da Unidade de Produção, com todos os membros da família, esta divisão, muitas vezes considerada injusta. (RENK E DORIGON, 2014).

Outro problema citado foi o preço do leite, que é vendido para as integradoras por um valor muito abaixo do preço do supermercado. Esta baixa deu-se principalmente pelo crescente melhoramento genético e pelo investimento em tecnologias nas propriedades rurais, que possibilitaram um aumento da produção e consequentemente uma baixa do preço (KONRAD E SILVA, 2015).

A produção de fumo, a qual está presente em 50,52% das propriedades apontadas no relatório do PAPEL, também se caracterizam como importante fonte de renda para as pequenas e médias propriedades, porém seu cultivo demanda elevada mão-de-obra e traz riscos à saúde devido a intensa utilização de insumos químicos. (UNOCHAPECÓ, 2015). Ainda segundo relatório, 37,03% dos produtores de fumo de Águas de Chapecó aponta que pretendem parar ou diminuir a produção dentro de um prazo de três anos devido a problemas de saúde ou a falta de sucessor e/ou mão-de-obra para dar conta da produção.

Heemann (2009), ao analisar o setor fumageiro da região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, destaca que os fumicultores destes espaços rurais estão expostos a uma série de riscos relacionados a problemas de saúde como doenças respiratórias, perdas auditivas, câncer, saúde mental, doenças de pele, todos relacionados à grande exposição aos produtos químicos. Os trabalhadores estão expostos a intempéries climáticas, adoção de posturas de trabalhos desfavoráveis e alta exigência de esforço físico.

Além dos problemas supracitados, o cultivo do fumo prejudica também o meio ambiente, pelo elevado índice de aditivos químicos necessários. Em se tratando dos problemas ambientais decorrentes deste cultivo, o documento do PAPEL mostrou que 34,67% dos produtores de fumo que participaram das enquetes entrevistadas reconhecem que esta cultura é responsável por boa parte da contaminação das águas no município de Águas de Chapecó. A totalidade dos questionários mostram que os agricultores possuem conhecimento acerca do prejuízo a saúde, e os efeitos causados pelos produtos químicos utilizados para aqueles que consomem os produtos. (UNOCHAPECÓ, 2015).

Moro (2008) ao analisar a utilização de agrotóxicos na produção de fumo no município de Jacinto Machado – SC destaca que o uso de agrotóxicos para esta cultura vem se intensificando, uma vez que esta possibilita a diminuindo da mão-de-obra, porém o uso indiscriminado de agrotóxicos ao longo dos anos tem provocado o acúmulo de resíduos de compostos químicos nocivos na água, no solo e no ar. É esse o resultado da alta dependência de insumos químicos usados no controle de pragas, doenças e invasoras nas lavouras para garantir índices de produtividade que proporcionem retorno econômico à atividade.

O relatório produzido pelo PAPEL também aponta que os grãos (milho e soja) representam uma parcela significativa da produção rural de Águas de Chapecó (44,33%). Porém, devido a pouca extensão de terra, a renda proveniente desta atividade é reduzida. Geralmente os produtores comercializam o grão para as empresas integradoras de aves e suínos e competem preços com os grandes produtores de grãos de outros estados. (UNOCHAPECÓ, 2015). O relatório comprova também que, além do baixo preço atribuído aos grãos, citado por

34,62 % dos produtores, outros problemas foram apontados, como o uso excessivo de agrotóxicos (28,08%); o desmatamento (23,08%); e a erosão do solo que também aparece entre os principais problemas citados (5,02%).

Segundo a Unochapecó (2015), a avicultura está presente em 23,02% das propriedades analisadas no município, e é uma atividade que depende diretamente do sistema de integração. Ainda segundo relatório, as empresas integradoras da região trabalham com a produção de duas espécies de aves: frangos, apontado por 91,3% dos questionários; e perus que foi indicado por 8,7%. Duas são as empresas que estão difundidas no município de Águas de Chapecó, são elas: a Cooperativa Central Aurora com 38 integrados, o que representa 55,07% dos avicultores participantes da pesquisa, enquanto a Brasil Foods tem 31 integrados, que representa 44,93%. (UNOCHAPECÓ, 2015).

A avicultura nacional constitui-se no setor pecuário com maior índice de industrialização. As questões ambientais relacionadas a essa atividade tomam uma importância ainda maior, devido aos vários atores desta cadeia exigir um desenvolvimento produtivo com qualidade nutricional e ambiental, principalmente, os consumidores.

Sintetizando, observa-se que seja qual for o tipo de produção - leite, fumo, grãos ou aves, todas apresentaram características que fazem questionar até que ponto o sistema de integração trouxe benefícios aos produtores rurais.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar as realidades rurais do município de Águas de Chapecó e os impactos da modernização agrícola nestes espaços. Como base teórica utilizou-se da noção de desenvolvimento, compreendida como um processo que não se limita à análise da renda (fatores econômicos), pois apesar desta ser crucial, é necessário também levar em conta se as pessoas são livres de utilizarem os seus conhecimentos e moldarem os seus próprios destinos. Nesta perspectiva, os agricultores não “deveriam” ser sujeitos passivos, alvos de políticas e ações, mas sim profissionais autônomos com condições de atuarem como gestores na propriedade rural, privilegiando estratégias de sobrevivência familiares, bem como a diversidade e diversificação dos modos de vida.

Porém, nos espaços rurais de Águas de Chapecó, a base produtiva das propriedades, na maioria dos casos, acontece através da produção integrada. Esta forma de parceria entre agricultores e grandes empresas, tem possibilitado renda aos agricultores familiares ao longo dos últimos anos, contudo, é possível identificar um conjunto de impactos negativos que

perpassam a abordagem econômica, ambiental e sociocultural. Dentre eles destaca-se a dependência dos produtores em relação às empresas integradoras e as agências de crédito, a desvalorização dos produtos (matéria-prima fornecida à indústria) devido ao aumento da produção, o aumento do êxodo rural e da degradação ambiental, este último decorrente da atividade agropecuárias, que não prevê um tratamento adequado para os dejetos e da produção de fumo que demanda grande quantidade de insumos químicos e para além disso uma desvalorização da cultura e identidade construídas ao longo do tempo nestes municípios.

Na tentativa de tecer novas alternativas para o município em análise, destaca-se que este é historicamente caracterizado pela sua diversificação, isso porque, antes das grandes empresas ‘invadirem’ este cenário rural, produzia-se quase que exclusivamente para o autoconsumo. (UNOCHAPECÓ, 2015). Ainda segundo o relatório, diversas famílias, apesar de se inserirem à produção integrada, continuam produzindo alimentos para seu autoconsumo, bem como, atestam que o que é produzido para a venda, muitas vezes não é consumido pela família, já que a produção para autoconsumo não demanda promotores de crescimento e insumos químicos.

Segundo relatório do PAPEL, das famílias visitadas, 37% fazem a transformação de um ou mais produtos na propriedade para o consumo. Entre os produtos destacados foram citados o queijo, nata, salame, melado, chimia, geleia, conserva, compota, banha, torresmo, linguiça e cachaça. Destaca-se também que dentre as propriedades, 92,78% possuem horta e produzem todos os legumes e verduras consumidos pela família.

Delgado e Cardoso Jr. (2000, p. 37), ao analisarem domicílios beneficiados pela Previdência Rural do Sul do Brasil, observaram que a produção para autoconsumo familiar é “particularmente importante para mais de 90% das unidades domiciliares ativas, em que a produção familiar própria integra um conjunto mais amplo de estratégias de sustentação e reprodução econômica e social”. Também Garcia Jr. (1983), ao estudar pequenos produtores da região canavieira de Pernambuco, emprega a noção de “alternatividade” para denominar as várias funções da produção para autoconsumo. Entre elas destacam-se a produção para subsistência e a produção comercial, sendo que a primeira destina-se exclusivamente ao consumo da família, enquanto a segunda pode dirigir-se ao autoconsumo, mas também à venda. O beneficiamento da produção, por sua vez, pode representar uma fonte de renda importante aos agricultores, por seu maior valor agregado. (TONEZER, 2009).

Porém esta lógica de produção mais saudável e menos agressiva ao ambiente vem diminuindo em Águas de Chapecó, sendo que as empresas integradoras são as principais responsáveis por esta realidade, isso porque os produtores rurais deste município, ao adotarem o sistema de integração, ficam sujeitos a normas e regras muito rígidas das empresas que, por

exemplo, não permite que estes agricultores criem, na propriedade, animais da mesma espécie para o autoconsumo. Ainda, alimentos que antes eram produzidos na propriedade, são agora adquiridos no mercado em função da especialização da matriz produtiva e da falta de mão-de-obra nestas áreas rurais.

Diante deste contexto, observa-se a necessidade de novos modelos de desenvolvimento nos espaços rurais de Águas de Chapecó, que privilegie os velhos saberes, e, de forma holística passe a considerar, além da renda, aspectos de ordem social, cultural e política das famílias. Para E. Woortmann e K. Woortmann (1997), entre os agricultores familiares existe uma lógica de ordem além da econômica, que identifica o modo de vida destes grupos, é a lógica do saber fazer, que por sua vez, pode revelar um modelo integrado de apreensão do mundo e das coisas, e mais que isso, as ações dos agricultores familiares se orientam a partir desse saber fazer, e na possibilidade de sua continuidade.

Ellis (2000), em sua abordagem, privilegia o que chama de estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais, propondo um modelo de desenvolvimento além da esfera econômica. Para Favareto (2006), o desenvolvimento é resultado das articulações entre as esferas da economia, das ciências e da política, em exercício de mútua legitimação, por meio do qual se podem compreender os diferentes interesses que permeiam este processo.

Este modo de vida, nas últimas décadas tem sofrido com as imposições do modelo produtivo atual, onde a terra é um mero insumo para se obter recursos financeiros, que servirão para adquirir produtos e serviços externos de qualidade muitas vezes duvidosa. Este modelo, que privilegia principalmente o econômico, tem comprometido a reprodução social da agricultura familiar, isso porque nesta lógica terra, trabalho e família são categorias indissociáveis e sua organização está diretamente vinculada ao abastecimento de alimentos da família. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Nesta mesma linha reflexiva, destaca-se a diversificação, esta não se restringindo ao aumento das possibilidades de obtenção de rendas, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, mas principalmente a partir de uma combinação de estratégias (ações, escolhas, iniciativas, entre outras) sendo este um fator determinante para a garantia da reprodução social, econômica e cultural dos indivíduos de determinado território rural. (SCHNEIDER, 2004).

Frente ao que foi exposto não se buscou neste estudo ‘fórmulas’ que garantissem a soluções de problemas como o êxodo dos jovens, a insegurança alimentar decorrente da produção vigente, ou a dependência dos produtores em relação às empresas integradoras. Apenas alerta-se para o fato de que o crescimento econômico por si só não gera

desenvolvimento, pelo contrário, desconsidera as tradições e culturas presentes nos espaços rurais, as potencialidades produtivas, a capacidade de se produzir de forma mais sustentável, excluindo assim boa parte da população que não se sentem integrantes deste processo.

Referências

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A.; PINTO, M. S. Como vai? População brasileira. Brasília: Edição Técnica do IPEA, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: EDUSP, 2007. 294p. Acompanhamento e análise. Rio de Janeiro: IPEA, Edição Especial, 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/servicos/pss-2008/bps_13_completo.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Manual operacional do crédito rural PRONAF**. Brasília, 2002.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA, Nelson da. **Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento**: uma sucinta revisão de literatura. Curitiba: Editora UFPR, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural da Região Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 734).

ELLIS, Frank. **Rural livelihoodsanddiversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de Criação de Bovinos de Leite para a Região Sudoeste do Rio Grande do Sul**. 2010. Embrapa Pecuária Sul. 2011. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/BovinoLeiteRegiaoSudoesteRioGrandeSul/importancia.htm>>. Acesso em: 06 out. 2015.

FAVARETTO, Arilson S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREITAS, Janierk Pereira et al. Agroecologia como alternativa para mudanças de um estilo de agricultura convencional para uma agricultura de base familiar: o caso do assentamento Santo Antônio no município de Cajazeiras – PB. **CAMPO – TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 436-468, abr., 2014.

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOUVEIA, Charlene Nayara Nunes Alves. **Avaliação do Impacto do Programa de Fortalecimento da Agricultura Família (PRONAF) na qualidade de vida de jovens**

agricultores familiares paraibanos. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

GUANZIROLI, Carlos H. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil.** Economia: texto para discussão, Niterói (RJ), v.188, 2006.

HEEMANN, F. **O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais.** Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 out. 2011.

KONRAD, Joice; SILVA, Clécio Azevedo da. **Agricultura Familiar no Oeste catarinense: da colônia à integração.** XXI Encontro de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1153_1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.

KRONE, Evander Eloí. **Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do queijo serrano.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: Migração, sucessão e celibato. Fortaleza: SOBER, 2006.

MERTZ, Marli. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: um sistema agrário “colonial”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.277-298, 2004.

MDS - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Políticas sociais.** Brasília, 2008.

MORO, Bráz Pereira. **Um estudo sobre a utilização de Agrotóxicos e seus Riscos na Produção de fumo no município de Jacinto Machado – SC.** 2008. Monografia (Graduação em Recursos Naturais) – Diretoria de Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 43, p.83-100, 2001.

PAIM, Elison Antonio. **Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina.** 2006.

PICOLOTTO, Everton Lazaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista Economia Social Rural**, Piracicaba, v. 52, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600004&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 ago. 2015.

PLOEG, J. D. van der.; *et al.* Rural Development : from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ. **Produto interno bruto**. Águas de Chapecó, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Brasília, 2010.

RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009>. Acesso em: 24 ago. 2015

SILVA, Antonio Sergio, SOUZA, José Gilberto e LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamentos da qualidade de vida. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, n. 12, p.22-42, jan./jun. 2012.

TONEZER, C. **Idosos rurais de Santana da Boa Vista** – Rio Grande do Sul: Efeitos da cobertura previdenciária. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

UNOCHAPECÓ. **Diagnóstico do município de Águas de Chapecó**. Chapecó: Curso de Agronomia, 2015.

WOLFF, J. N.; SCHUHM. B. **Espelho das águas**: olhares e leituras sobre a história de Águas de Chapecó. Chapecó: Grifos, 2000.

WOORTMAN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Unb, 1997.